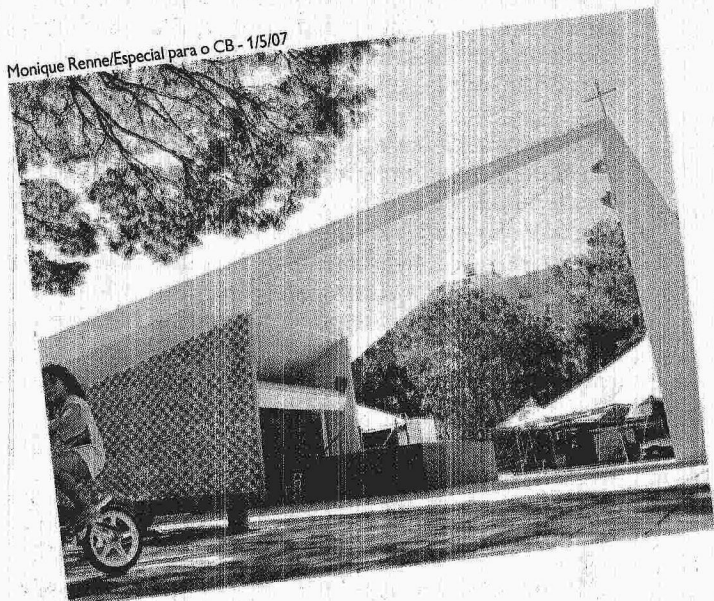


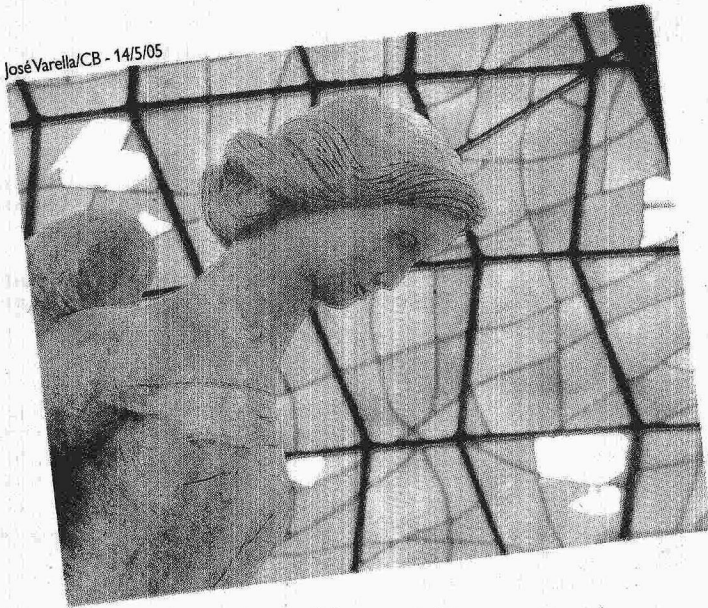
BRASÍLIA RESTAURADA



Monique Renne/Especial para o CB - 1/5/07

IGREJINHA

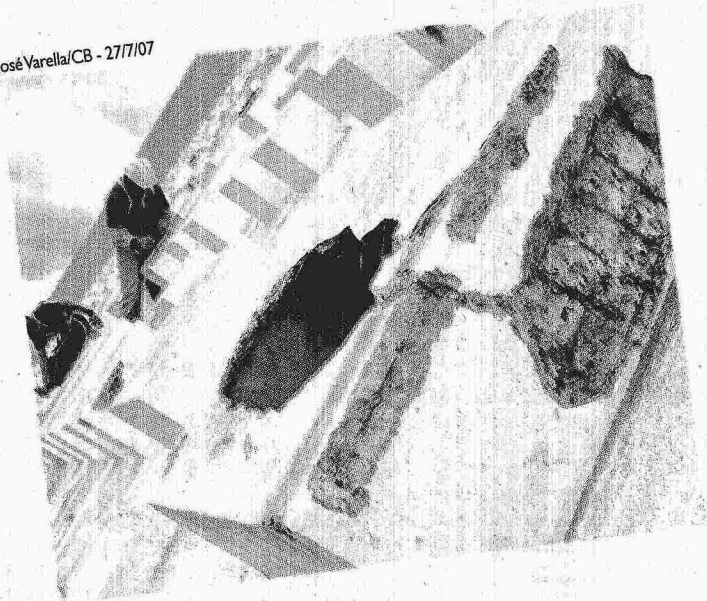
OUTRA OBRA DE NIEMEYER E ATHOS BULCÃO QUE ESTÁ NA LISTA DO IPHAN: PROJETO DE REFORMA EM EXECUÇÃO



José Varella/CB - 14/5/05

CATEDRAL

VITRAIS DA ARTISTA PLÁSTICA MARIANNE PERETTI SERÃO RECUPERADOS: PAINÉIS COM VIDROS QUEBRADOS



José Varella/CB - 27/7/07

TEATRO NACIONAL

PAINEL DE ATHOS BULCÃO, NA LATERAL DO PRÉDIO, E OUTRAS REFORMAS INTERNAS, ESTÃO EM ANDAMENTO

Para manter o título de cidade patrimônio da humanidade, concedido pela Unesco, Brasília terá que cuidar mais da preservação de espaços e monumentos do plano piloto, ensina cartilha lançada pelo Iphan

ELISA TECLIS

DA EQUIPE DO CORREIO

Bastaram apenas 50 anos para que o Plano Piloto, projeto idealizado por Lucio Costa para a nova capital, se aproximasse do irreconhecível. A cidade espaçosa, arejada e confortável que ele planejou teve a paisagem deformada por puxadinhos, cercas, anúncios publicitários e outra série de irregularidades. Tudo em desrespeito às regras do tombamento, como explica a *Cartilha da preservação de Brasília — Plano Piloto 50 anos*, lançada ontem pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O livro tem função educativa e dá orientações para contornar os desvios que mudaram a cara do Plano Piloto.

A publicação traz detalhes da idéia inicial dos criadores da cidade e do tombamento, oficializado há 20 anos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Fotografias e reproduções de desenhos originais mostram como já foi, um dia, a capital do país. As primeiras 6 mil cópias do guia serão distribuídas para estudantes, parlamentares, prefeitos de quadras e quem mais estiver interessado em aprender sobre a história de Brasília. A intenção do Iphan é que as informações sobre tombamento e projeto urbanístico sejam valiosas na elaboração de leis distritais e no cumprimento das regras.

“Brasília é uma cidade viva, ela está mudando. Mas essa não é uma cidade qualquer, ela foi projetada para ser a capital do país, por isso deve ser mantida como tal”, disse o superintendente do Iphan no DF, Alfredo Gastal. Segundo ele, não houve planejamento econômico e territorial nos últimos 45 anos, por isso o Plano Piloto se perdeu entre tantos desvios da idéia original. Gastal explica que uma das afrontas ao tombamento mais graves atualmente são as cercas em torno de prédios nas superquadras e o excessivo número de publicidade nas ruas.

A construção de grandes guaritas, salões de festas e o uso de grades ou cercas-vivas atrapalham a circulação de pessoas pelos prédios. “Brasília foi feita para as pessoas caminharem livremente, o espaço dos pilotis pertence a todos. E tudo isso é feito sem autorização da Administração”, afirmou. Outra agressão ao tombamento são os outdoors e front lights que resistem em áreas protegidas pela Unesco com o apoio de liminares judiciais.

De acordo com o superintendente, a falta de es-

trutura nos setores de fiscalização dificulta a remoção das irregularidades. E se a população alterar consideravelmente o projeto de Brasília, a cidade corre o risco de perder o título junto à Unesco, e, em consequência, até 30% dos turistas. Para evitar maiores danos, o Iphan está empenhado na proteção de monumentos e edificações que fazem parte da história local.

Futuras obras

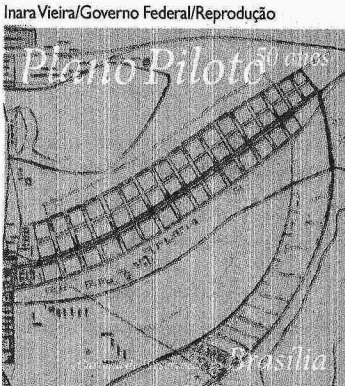
Em homenagem ao aniversário de 100 anos do arquiteto Oscar Niemeyer, 23 obras desenhadas por ele serão tombadas até o fim deste ano. Entre elas, estão o Museu do Índio, o Congresso Nacional, o Memorial JK, a Esplanada dos Ministérios e o Supremo Tribunal Federal. Até hoje, só a Catedral e o Catetinho estavam oficialmente protegidos.

Parte das edificações selecionadas também passará por reformas. A capela do Palácio da Alvorada terminou de ser restaurada em maio, com investimentos de R\$ 285 mil aos cofres públicos. As próximas

mas da lista são a Catedral e a Igreja Nossa Senhora de Fátima. Na primeira, os vitrais danificados serão recuperados, e a segunda ainda está em fase de elaboração do projeto. Outro prédio da relação, o Teatro Nacional, chegou ao centésimo dia de obras ontem. O processo de impermeabilização do teto e das laterais está em andamento, mas um problema nos painéis externos projetados por Athos Bulcão deve adiar a conclusão da reforma, prevista para terminar em novembro.

Em reunião na manhã de ontem, o secretário de Cultura do

DF, Silvestre Gorgulho, discutiu a situação dos painéis com pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB). Ficou constatado que os 3 mil blocos que integram a obra estão seriamente danificados e terão que ser trocados. As peças são feitas de concreto armado e não passam por manutenção periódica. De acordo com o professor de engenharia civil da UnB João Carlos Teatini, eles são ociosos e acumulam a água da chuva, por isso estragam de dentro para fora. Com vistorias periódicas, Teatini afirma que é possível manter os painéis por décadas. “Se houver manutenção e os pontos de ferrugem forem recuperados a cada dois anos, a obra pode durar o resto da vida. O problema ali foi a falta de cuidado”, comentou o pesquisador. Um novo encontro deve ser marcado na próxima semana para definir como será feito o trabalho nas laterais do teatro, um dos principais cartões-postais da cidade.



Inara Vieira/Governo Federal/Reprodução

PUBLICAÇÃO MOSTRA A BRASÍLIA DE LUCIO COSTA E AS DIFERENÇAS DA ATUAL

PARA SABER MAIS

Tombamento e preservação

Há 20 anos, o Plano Piloto foi inscrito na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Além disso, a região está protegida pelo decreto nº 10.829, de 1987, criado pelo governo local, e pela inscrição nº 532 no Livro do Tombo Histórico, do governo fede-

ral. Isso significa que ela deve ser preservada e sofrer o mínimo de modificações — o tombamento impede que ela seja destruída ou descaracterizada.

A legislação exige que a estrutura e os conceitos que nortearam o planejamento da cidade sejam mantidos, como permitir a livre circulação de pessoas nos pilotis dos prédios, a destinação de setores para moradia, comércio e lazer, comércio local e unidades de vizinhança. As regiões do Plano Piloto devem respeitar as características

da escala que ocupam: monumental, no eixo central, residencial, nas superquadras, bucólica, setores para áreas verdes nos conglomerados de prédios do centro. Todas essas leis são regidas por parâmetros urbanos que determinam a utilidade e a ocupação de cada uma das escalas. Obras e reformas podem ser feitas nas edificações, desde que respeitem os volumes e usos definidos pela lei. Para os projetos serem realizados precisam de autorização da Administração Regional de Brasília. (ET)